

---

## A gestão do conhecimento no século XXI

Jorge Luiz Alves da Silva\*

---

O conhecimento científico, como hoje é concebido, foi construído paulatinamente desde o século XVI. Os cientistas mais influentes nesta construção - como Newton, Darwin, Durkheim, Lavoisier ou Adam Smith - trabalharam e viveram entre o século XVIII e o início deste século. Dos seus trabalhos resultou o paradigma científico dominante, que procura um conhecimento objetivo, universal e determinista.

Já se tornou um truismo falar sobre as transformações ocorridas no mundo, em consequência da revolução tecnológica: o conhecimento, que sempre foi um dos principais insumos para a geração de riqueza e bem estar social, passou a ser reconhecido como tal a partir da revolução da informação trazida pela Internet e, mais do que em outros períodos de intenso crescimento da civilização industrial, ciência e tecnologia são vetores que apontam as principais tendências do capitalismo contemporâneo. Com efeito, constituem mais do que isso: é cada vez mais nítido que o acesso à ciência, tecnologia e educação definirá a posição dos países na hierarquia do sistema internacional.

*“[...] hoje o recurso realmente controlador, o ‘fator de produção’ absolutamente decisivo, não é o capital, a terra ou a mão-de-obra. É o conhecimento. Em vez de capitalistas e proletários, as classes da sociedade pós-capitalista são os trabalhadores do conhecimento e os trabalhadores em serviços. [...] Na verdade, o conhecimento é hoje o único recurso com significado. Os tradicionais ‘fatores de produção’ - terra (isto é, recursos naturais), mão-de-obra e capital - não desaparecem, mas tornaram-se secundários. Eles*

---

\* Especialista em Administração Hospitalar pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques. Assessor de Projetos da Coordenação de Pós-Graduação da Divisão de Ensino e Pesquisa Médica do Hospital Central do Exército.

*podem ser obtidos facilmente, desde que haja conhecimento. E o conhecimento, neste novo sentido, significa conhecimento como uma coisa útil, como meio para a obtenção de resultados sociais e econômicos.” (DRUCKER, 1999, p. 26)*

A capacidade de uma nação de gerar conhecimento e converter conhecimento em riqueza e desenvolvimento social depende da ação de alguns agentes institucionais geradores e aplicadores de conhecimento. Portanto, esta é uma missão que cabe essencialmente às Universidades, às Empresas e ao Poder Público. Todavia, o reconhecimento do valor do conhecimento não pode e não deve ser confundido com um posicionamento de caráter utilitarista sobre a ciência e também sobre a universidade. O papel singular da universidade como instituição educacional formadora de *geradores de conhecimento* não pode ser minimizado, e este destaque é especialmente importante numa época em que há uma enorme tendência de se valorar a universidade pela intensidade de suas relações com as empresas. Este não pode e não deve ser o critério essencial, visto que reduz infinitamente a amplitude do compromisso da universidade com a sociedade.

*“O conceito tradicional de intelectual como porta-voz dos oprimidos, como representante dos interesses das massas, como construtor da Nação, engajado na transformação estrutural da sociedade, cede lugar cada vez mais ao intelectual específico, ao expert, ao especialista, que responde aos apelos restritos da sua especialidade. O sentido do engajamento intelectual se modifica significativamente, assumindo uma entonação minimalista, colada aos interesses privados, de categoria e da área de especialização profissional. O campo intelectual se despolitiza crescentemente em função dos interesses de mercado. O papel crítico, tão característico das gerações intelectuais que atuaram na universidade até fins da década de 60, tem se diluído em meio à inserção da universidade na lógica racionalizadora do capital.” (COSTA, 2001, p.52)*

Reconhecer o valor do conhecimento na sociedade moderna implica, por conseguinte, na valorização da universidade como ambiente formador.

Trata-se de reconhecer que, como destacou o Prof. Waldeck Carneiro da Silva em entrevista concedida ao Jornal do Brasil de 4 de fevereiro de 2001:

*“A universidade não tem que estar alheia ao mercado de trabalho, porque ela forma profissionais. Tem que estar sintonizada com as demandas locais, regionais e nacionais. Isso é perfeito. O que é complicado é que a universidade assuma como sua a lógica do mercado. O papel da universidade de produção e socialização do conhecimento pode, perfeitamente, ser desempenhado em parceria com setores privados. Mas é preciso estar atento, por exemplo, à forma de apropriação dos resultados de determinada pesquisa feita em colaboração entre universidade pública e setor privado. (...) Não é correto se querer transformar a universidade em um balcão de prestação de serviços, e, ao mesmo tempo, utilizar seu nome como salvaguarda.”*

A história das sociedades latino-americanas tem sido uma sucessão de desencontros em sua tentativa de tomar-se contemporânea de seu tempo, perseguindo aspirações de desenvolvimento, modernização, democratização e cidadania. Esta pressão histórica por resultados não pode e não deve servir como pretexto para que se erga bandeira em prol da concepção simplista de que a interação Universidade-Empresa poderá resolver a necessidade de tecnologia da empresa e a necessidade de financiamento da Universidade. Igualmente não deve fundamentar o rechaço absoluto desta interação. Trata-se, sim, de reconhecer que cada uma destas instituições tem culturas e missões que devem ser respeitadas e, a partir daí, estruturar caminhos que viabilizem este processo, tanto pela contribuição que pode trazer a melhor educação dada pela Universidade a seus estudantes, bem como para levar a cultura de valorização do conhecimento para a Empresa.

Qualquer que seja(m) a(s) forma(s) pela qual esta interação irá se desenvolver, é essencial que seja capaz de resguardar os objetivos fundamentais da Universidade: formar indivíduos que sejam capazes de pensar, compreender e criticar nas diversas áreas do conhecimento humano; de produzir e transmitir o conhecimento (informação e conteúdo) específico destas diversas áreas do saber (capazes de compreender os princípios que regem o pensar nestas áreas e que permitem refletir sobre elas de forma não elementar);

de formular permanentemente questões pertinentes e, se possível, encontrar respostas para estas questões; de desenvolver cidadãos com espírito crítico e capacidade de argumentar de forma autônoma, dotados não só da capacidade de reproduzir como também de interferir, modificar, inovar.

Que nos sirvam de inspiração as palavras que o saudoso Almicar Herrera, Professor Emérito da Universidade de Campinas, proferiu durante a apresentação da palestra “Possuir ou compartilhar: o dilema da sociedade do futuro”, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em setembro de 1994:

*“No passado, a reduzida comunidade científica formava a parte avançada de uma humanidade espiritual e intelectualmente mais livre. Hoje, o cientista está integrado quase que totalmente à maquinária que controla e dirige a sociedade. Como consequência, pela primeira vez nos tempos modernos, os valores e objetivos da atividade científica começam a ser questionados. A única maneira de evitar que esse questionamento afete irreversivelmente os princípios básicos que permitiram o progresso da ciência - como a liberdade acadêmica e a busca do conhecimento como atividade inerente à condição humana - é que a comunidade científica assuma ativamente a sua responsabilidade social.”* ◆

### **Referências Bibliográficas**

DA VENPORT, T. Ecologia da informação: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DRUCKER P. Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Editora Pioneira / Publifolha, 1999.

PAULA, M.F.C A inserção da universidade na lógica racionalizadora do capital: casos USP e UFRJ. In: SILVA, W.C (org.) Universidade e sociedade no Brasil: oposição propositiva ao neoliberalismo na educação superior. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Quartet, 2001.